

## LAPA, TOMÁS DE ALBUQUERQUE. GRANDES CIDADES CONSTROEM-SE COM EDIFÍCIOS GRANDES?

*Lapa, Tomas de Albuquerque. Are constructed big cities with large buildings?*

**Joelmir Marques da Silva\***  
**Demétrius Rodrigues de Freitas Ferreira\*\***

**\*Universidade Federal de Pernambuco - UFPE**

**Pesquisador do Laboratório da Paisagem da UFPE**

Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária – Recife, Pernambuco, Brasil – CEP: 50670-901  
joelmir\_marques@hotmail.com

**\*\*Universidade Federal de Pernambuco - UFPE**

**Sociólogo e doutorando em Sociologia**

Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária – Recife, Pernambuco, Brasil – CEP: 50670-901  
demetriusrodrigues@gmail.com

### RESENHA

Tomás de Albuquerque Lapa é arquiteto e urbanista com doutorado em Geografia Humana e Urbanismo pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Como professor titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco leciona na graduação em Arquitetura e Urbanismo e no mestrado e doutorado em Desenvolvimento Urbano. Atua na área da Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, onde desenvolve estudos nos seguintes eixos: conservação urbana integrada, patrimônio cultural, desenvolvimento sustentável e paisagem urbana.

O livro ‘Grandes Cidades Constroem-se com Edifícios Grandes?’, que possui cinco capítulos, é o resultado das pesquisas desenvolvidas no decorrer do estágio pós-doutoral que realizou no International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM) entre setembro de 2009 a fevereiro de 2010.

A verticalização das cidades, a destruição dos lugares, da memória e da identidade coletiva, bem como as transformações na ambiência e na paisagem urbana são temas que o autor abordou ao longo do livro, analisando-os à luz da ética e da moral, apoiando-se em fundamentos filosóficos.

O primeiro capítulo – Revisando Conceitos – nos traz questões que envolvem a ética, a moral, o controle da gestão da conservação e os limites do processo de uso e ocupação do solo. A ausência de um projeto humanístico que leve em conta os interesses da população, atrelada a uma noção vaga e distante do que vem a ser o princípio ético e moral, parece explicar, segundo o autor, a “*visão fragmentada da cidade contemporânea, a predominância de interesses individuais e o desrespeito ao patrimônio cultural*” (p. 19).

Outro ponto abordado refere-se à aplicação da noção de estética e de ética na arquitetura e na cidade mediante a preocupação de que o culto ao belo se sobreponha à consciência do que também deve ser bom para a comunidade, o que justifica a incursão da filosofia, trazendo elementos que permitam avaliar o peso que os conceitos de ética e moral assumem na nossa época.

Analisados os conceitos de ética e moral, o autor segue para a discussão sobre o controle da gestão da conservação apoiando-se na etimologia das palavras ‘controle’ e ‘conservação’. O controle é entendido em um sentido amplo por se referir a uma ação estabelecida em contrapartida,

com relação à outra que está acontecendo. Atualmente, controle refere-se à vigilância atenta subordinada às ações de indivíduos, instituições, departamentos ou produtos de modo a evitar a transgressão de normas pré-estabelecidas. Por sua vez, o entendimento de ‘conservação’ é o de proteger de danos, decadência, prejuízo, deterioração. Contudo, o autor, antes de se deter no entendimento da conservação, faz uma reflexão no termo ‘preservação’ uma vez que, depois que os indivíduos se juntaram formando grupos humanos e associam suas consciências individuais, a necessidade de preservação do patrimônio cultural torna-se evidente. Desta forma, preservação refere-se a observar previamente.

Ao tratar dos limites do processo de uso e ocupação do solo, mas precisamente no que se refere à preservação, o autor chama atenção para importância do estudo da ‘relevância cultural’ de conjuntos históricos e sua convivência com novas edificações, uma vez que existem vários conflitos entre o processo de transformação urbana e a necessidade de conservação do ambiente construído. O Brasil, segundo o autor, é favoravelmente inclinado ao desejo de renovação e nesse caso é muito comum identificar as ilhas de preservação no tecido urbano que tem oferecido a construtores e empresários do setor imobiliário, ampla oportunidade para interferirem no tecido urbano tradicional. Desta forma, o antagonismo apresenta-se entre o valor de antiguidade e o valor de novidade que permite diferentes interpretações relacionadas com o que poderiam ser os limites saudáveis entre o novo e o antigo. Logo, o conflito entre lógica de transformação urbana e a necessidade de preservação do patrimônio pode assumir formas distintas, dependendo do contexto socioeconômico e cultural onde ocorre.

O Processo de Urbanização à Luz da Ética e da Moral configura-se como o segundo capítulo. Nele o autor aborda temas como a aplicação dos princípios éticos e morais, bem como a diversidade, contrastes e a relevância da escala urbana. No primeiro momento o autor relata uma experiência vivenciada no centro histórico de Braga e que considerou de fundamental importância para o entendimento do processo de ocupação do solo, à luz da ética e da moral.

Dando sequência ao seu pensamento, adentra pelo debate do impacto que o ‘diferente’ nos causa. Porém, o diferente não se aplica necessariamente ao feio. No meio urbano, o diferente pode aparecer sob a forma de tipos arquitetônicos, marcados pela introdução de uma linguagem estranha à tradicional local ou pela localização de elementos já conhecidos, todavia articulados de modo inabitual.

A escala urbana aparece como um atributo que, quando é introduzido em moldes inabituais, causa-nos não só estranheza como também nos fere em algo elementar, que é o meio circundante. Diante disto, o autor toma como parâmetro de análise as cidades de Olinda, em Pernambuco, e Ouro Preto, em Minas Gerais, que possuem edificações de diferentes séculos dispostas harmoniosamente e afirma que isso só é possível pelo respeito à escala dos edifícios preexistentes e a permanência da escala humana, aplicando-se neste caso os princípios éticos e morais.

No capítulo três – características do processo contemporâneo de ocupação do espaço urbano -, o autor aborda quatro aspectos, a saber: a predominância do construir sobre o conservar; o papel dos principais atores envolvidos no processo de transformação urbana; transformações na paisagem e a ameaça de destruição dos lugares e, o papel dos programas de educação relacionados com a tomada de consciência sobre o valor patrimonial.

O ponto central está atrelado à busca acelerada de espaços pelas imobiliárias e o marketing em prol da imagem turística da cidade, o que acarretou a destruição à maioria do patrimônio construído, em lugares históricos, a nível mundial. Tais ações acarretam tipos arquitetônicos cuja escala urbana não é compatível com o espírito do lugar. Este ritmo acelerado de transformação que advém desde a década de 1970 tornou-se mais evidente no início do século 21. Nessa perspectiva, o autor elenca alguns elementos que contribuem para a destruição dos lugares no que tange a memória da identidade coletiva como, por exemplo, a ausência de educação patrimonial, o acordo tácito entre o capital imobiliário e os gestores.

Para que a transformação urbana ocorra, a participação de atores é de fundamental importância e os principais correspondem ao poder público municipal, o setor imobiliário, os representantes do comércio e do turismo, a comunidade acadêmica, os representantes do terceiro setor e os representantes das comunidades de bairros e associações, onde cada categoria age de conformidade com uma lógica própria. O fato da maioria dos projetos urbanos ter priorizado a dimensão econômica vem acarretando a desconsideração dos valores históricos, documentais e de antiguidade, base do conceito de memória e identidade.

Em geral, as intervenções públicas nos centros históricos buscam reabilitar e/ou recuperar o ambiente construído, os espaços públicos e, desse modo, o contexto social. Contudo, as intervenções também podem aumentar os riscos de perda do patrimônio cultural. A importância da preservação da identidade coletiva e da memória tornou-se praticamente um ponto obrigatório nas Cartas Patrimoniais e nos documentos dedicados à conservação urbana integrada. Nesse âmbito, entra em cena a educação patrimonial com o intuito de favorecer a apropriação de valores pela população, bem como a sustentabilidade da conservação urbana integrada.

A relevância do conceito do lugar como forma de assegurar a autenticidade do bem patrimonial é o foco do quarto capítulo que abarca questões como a diferença entre espaço e lugar; o espírito do lugar (*genius loci*) e como reconhecer e conservar a autenticidade do lugar. Antecedendo o conceito de lugar, o autor mergulha na noção do que vem a ser o espaço e perpassa por seus aspectos tangíveis e intangíveis. Para chegar ao entendimento do lugar o aporte teórico de diferentes campos do conhecimento fez-se necessário e, desta forma, apresentou-se os conceitos adotados por Leite (1998), Yi-Fu Tuan (1975) e Milton Santos (1994).

Voltando a questão da autenticidade do patrimônio cultural o autor discorre sobre a Declaração de Quebec de 2008 sobre o *genius loci* que se configura como uma declaração de princípios adotados na 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, realizada em Quebec, no Canadá. A declaração enfatiza o caráter multidimensional do espírito do lugar, que pode ajudar a reconhecer e reforçar a autenticidade do patrimônio cultural e sua conservação.

Em o processo de verticalização em cidades antigas e contemporâneas, título do quinto capítulo, o autor traz um arcabouço teórico para a compreensão dos significados da verticalização; da verticalização como símbolo do futuro, da modernidade e do progresso; e da nova silhueta urbana (skyline) após a verticalização.

No primeiro momento o autor mostra que a necessidade humana de atingir grandes alturas advém desde as antigas civilizações, como por exemplo, a Torre de Babel; as Pirâmides do Egito; o Zigurate, e até mesmo as Catedrais Góticas. Desta forma, a verticalização se configurava como uma expressão de magnificência.

O passar o tempo, a partir da Idade Moderna, e com o advento da revolução Industrial, a edificação das grandes construções verticalizadas não tem sido mais uma tarefa compartilhada perdendo seu caráter sagrado. A difusão da visão de futuro, modernidade e progresso, segundo a qual, grandes cidades se fazem com grandes edifícios tornou-se uma estratégia de marketing utilizada por alguns promotores imobiliários. Diante de tal transformação os profissionais que tratam dos espaços formais consideram o skyline como um importante critério para avaliar as transformações na paisagem urbana.

Finalizando o capítulo, o autor apresenta alguns estudos de caso mundiais, nove estruturas, estranhas e únicas que foram ou estão em vias de aprovação, sendo que algumas já estão praticamente construídas, são elas: Agua (Chicago, Estados Unidos); Chicago Spire (Chicago, Estados Unidos); CCTV Headquarters (Pequin, China); Regatta Hotel (Jakarta); Residence Antilia (Índia); Russia Tower (Rússia); Penang Global City Center (Malásia); Gazprom Headquarters (Rússia) e Burj Khalifa (Dubai).

Concluindo o autor discorre que: *“Assim é que nos indagamos se estaríamos vivendo um período histórico similar ao período medieval de Ascoli e Bolonha, onde a silhueta urbana parece não comportar tantas torres. Essa constatação nos leva também a indagar se ainda é possível*

*termos espaços arquitetônicos e urbanos contemporâneos planejados de acordo com a escala humana”.*

**Data de submissão:** 21.12.2013

**Data de aceite:** 02.02.2015

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.